



O desenvolvimento do nacionalismo em Moçambique (1964)¹

E. Mondlane
(1924-1969)

O nacionalismo moçambicano, como praticamente todo o nacionalismo africano, foi fruto direto do colonialismo europeu. A base mais característica da unidade nacional moçambicana é a experiência comum (em sofrer) do povo durante os últimos cem anos de controle colonial português. Para compreender o desenvolvimento do nacionalismo moçambicano temos que estudar as fases principais do desenvolvimento do colonialismo português no nosso país e registrar a conseqüente reação do povo.

Antes de fazer referência a estas fases do desenvolvimento do colonialismo português e à sua relação com o desenvolvimento do nacionalismo quero apresentar uma definição de nacionalismo. Por nacionalismo entendo “uma tomada de consciência por parte de indivíduos ou grupos de indivíduos numa nação ou de um desejo de desenvolver a força, a liberdade ou a prosperidade dessa nação”. Esta definição aplica-se ao nacionalismo em todas as circunstâncias ou fases de desenvolvimento de qualquer povo. Por exemplo, pode aplicar-se ao nacionalismo europeu como fenômeno continental ou aos nacionalismos francês, americano, russo, chinês, brasileiro, etc., como expressões das aspirações de determinadas entidades étnicas ou nacionais. O contexto africano no qual o nacionalismo moçambicano encontra a sua expressão pode exigir um aprofundamento da definição acima apresentada. Dadas as recentes circunstâncias históricas que afetaram as vidas dos vários povos no continente africano, é necessário acrescentar que o nacionalismo africano também se caracteriza pelo desenvolvimento de atitudes, atividades e programas mais ou menos estruturados com vista à mobilização de forças para conseguir a autodeterminação e a independência. No caso específico de Moçambique, estas atitudes, atividades e programas estruturados, comuns a todas as colônias portuguesas em África e possivelmente aos outros povos

¹ Uma declaração de Eduardo Mondlane, presidente da FRELIMO, feita em Dar es Salaam a 3 de Dezembro de 1964 e mais tarde publicada em francês em *Présence Africaine*, LIII, 1º, trimestre, 1965. In: BRAGANÇA, Aquino de e WALLERSTEIN, Immanuel. *Quem é o inimigo (II)?* – Os movimentos de libertação nacional. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978. p. 33-40.

ainda não livres, têm que incluir a organização de planos militares ou paramilitares para a luta final antes de a independência poder ser assegurada.

Se não se importam de ouvir durante mais alguns segundos estes meus comentários preliminares, gostaria de resumir a definição do nacionalismo referida anteriormente da seguinte forma:

a) uma tomada de consciência por parte de indivíduos ou de grupos de indivíduos numa nação – no nosso caso, Moçambique;

b) um desejo de desenvolver a força, a liberdade ou a prosperidade dessa nação – o conceito da FRELIMO² (como somos popularmente conhecidos) em relação à estrutura socioeconómica futura do país e a forma de a implementar;

c) o objetivo específico de atingir a autodeterminação e a independência – o programa político e militar da FRELIMO;

d) um conceito da unidade do povo – o desejo do povo moçambicano de se libertar do imperialismo e do colonialismo português de forma a poder desenvolver as suas estruturas socioeconómicas como quiser; e,

e) a criação de estruturas políticas mais ou menos permanentes para prosseguirem os objetivos nacionais em cooperação com as outras nações africanas.

Em relação ao nacionalismo africano em geral é necessário frisar quatro pontos suplementares:

1) que é uma reação contra o controle político imposto por europeus aos povos africanos; e,

2) que é uma reação contra a exploração económica estrangeira, em especial a ocidental, dos recursos naturais e humanos africanos.

3) Nas áreas de África onde um conjunto de populações europeias e asiáticas se fixaram ao lado dos povos africanos, o nacionalismo africano passou a incluir uma reação contra as barreiras culturais e socioeconómicas locais criadas por membros destas comunidades não-africanas.

4) simultaneamente com o desenvolvimento do nacionalismo africano desenvolveu-se um outro tipo de nacionalismo – o nacionalismo cultural – epitomizado pelo aparecimento de inúmeras teorias de toda a espécie sobre o homem africano,

² Frente de Libertação de Moçambique, organização política fundada por em 1962, para lutar contra o colonialismo português.

apelidado de “personalidade africana” pelos anglófilos e de “Negritude” ou “*Africanité*” pelos francófilos.³

Moçambique é um dos últimos baluartes de um antigo império colonial português que foi estabelecido durante os séculos dezesseis, dezessete, dezoito e dezenove na Ásia, América do Sul e em África. Em África os últimos baluartes deste império ainda incluem Angola, Moçambique, Guiné (dita portuguesa), as ilhas de Cabo Verde e São Tomé. A maior destas colónias é Angola, embora Moçambique tenha a maior população de todas elas.

Os contatos entre Portugal e as regiões a que hoje se chama Moçambique começaram nos fins do século XV, quando Vasco da Gama, um conhecido navegador português, desembarcou na ilha de Moçambique em princípios de Março de 1498. Dado que o interesse principal dos reis portugueses que patrocinaram estas viagens era conseguir uma rota para a Índia que fosse mais segura do que a então perigosa rota terrestre através do Próximo Oriente, durante muitos anos os portugueses contentaram-se em criar estações de abastecimento ao longo da costa oriental africana, deixando o interior intacto. Os portugueses afirmam que estão em Moçambique há mais de quatrocentos e cinquenta anos, inferindo que durante todo esse tempo controlaram

³ O encontro de estudantes negros, de diferentes procedências, nas metrópoles europeias, foi de fundamental importância para o surgimento de uma consciência negra, melhor talvez dizer de uma consciência pan-africana, incluindo-se aqui os africanos na diáspora.

Considera-se o marco inicial do Movimento da Negritude a publicação, em 1932, da revista *Légitime Défense* por um grupo de estudantes antilhanos. Revista que não passou do primeiro número, tendo seus fundadores sofrido as maiores represálias, até mesmo por parte de seus compatriotas conservadores.

Contudo, ela influenciou definitivamente o grupo que surgiu a seguir e fundou outra revista *L'étudiant noir* (o *Estudante Negro*). Além da revista, o grupo desenvolveu intensa atividade. Organizando reuniões, exposições, assembléias, publicando artigos e poemas em outras revistas, conseguiu fazer o mundo enxergar que existia, sim, uma cultura, uma civilização africana.

O impacto foi tão forte que Aimé Césaire — o primeiro a usar a palavra negritude em um poema — destruiu tudo o que tinha escrito até então. Para ele e para Léon Damas, foi uma surpresa maravilhosa ouvir Senghor falar de uma África jamais sonhada pelos negros da diáspora, África dos doutores de Tumbuctu, do império Ashanti, das amazonas do Daomé. África cuja música não era feita somente de tambores, mas de sofisticados instrumentos como o khalam e o korá.

Resultante do Movimento foi a publicação da *Anthologie de la nouvelle poésie africaine et malgache*, com prefácio de Jean Paul Sartre, em que o famoso escritor e filósofo francês escreveu: "Que esperáveis, pois, quando retirásseis a mordaça que tapava estas bocas negras? Que elas vos entoassem louvores?"

A antologia revela ao mundo uma infinidade de poetas africanos e malgaches (de Madagascar) que vieram a se tornar famosos. Posteriormente, em colaboração com o intelectual senegalês Alioune Diop funda a revista *Présence Africaine*, que também editou várias obras de escritores africanos em prosa e poesia.

Para Senghor, *Negritude* significava "a soma total dos valores africanos". E Damas proclamava: não somos mais estudantes martinicanos, senegaleses, ou malgaches, somos, cada um de nós e todos nós, um estudante negro (daí o título da revista).

(SANTOS, Ieda Machado Ribeiro dos – <http://www.quilombhoje.com.br/ensaio/ieda/senghor.htm>)

politicamente o nosso país. A haver alguma verdade nesta pretensão portuguesa, ela tem a ver com o fato de que logo após o primeiro contacto com as populações da região costeira da África Oriental, os portugueses, invejando a riqueza e o poder dos governantes árabes da época, conspiraram, intrigaram e organizaram as forças que conseguiram recrutar, alcançando o controlo da situação. Isto permitiu aos portugueses monopolizar o comércio, nessa época extremamente lucrativo, da África Oriental de marfim, ouro e pedras preciosas. Para o conseguir, os portugueses aproveitaram-se das rivalidades então existentes entre os chefes e os sheiks de cidades-estado como Pate, Malindi, Kilwa, Zanzibar, Moçambique, Sofala, etc., que eram famosas pela sua “prosperidade e elegância”.

Nessa época, a sua riqueza e avanço cultural eram comparáveis aos mais significativos da Europa e da Ásia. Da reação dos marinheiros portugueses dessa altura, descrita nos seus diários, é possível concluir que a África Oriental no seu todo “era um mundo semelhantes, senão superior, em termos culturais, ao Portugal de 1500”. Contudo, a unidade política entre estas cidades-estados não era mais fácil de estabelecer nessa altura do que é hoje em dia na África Oriental. Citando o Professor James Duffy: “A unidade política entre estas cidades-estados foi uma preocupação transitória. Cada príncipe defendia a independência política e comercial da sua cidade e nunca houve, em altura nenhuma, uma nação única na África Oriental, embora as cidades mais fortes dominassem em determinadas alturas os seus vizinhos mais fracos”.

Muito embora os portugueses se tivessem aproveitado desta lamentável situação, nunca conseguiram impor um controlo político duradouro, à exceção de uma estreita faixa costeira que ia de Cabo Delgado à cidade-estado de Sofala. Em 1700, um ressurgimento da influência islâmica nesta parte de África tinha conseguido eliminar efetivamente os comerciantes e soldados portugueses, assim como dezenas de cidades que haviam dominado em determinadas alturas.

Desde o início do século XVIII que os portugueses se concentraram em conspirar e insinuar-se de forma a obterem o controlo do rico comércio da área entre Cabo Delgado e a bacia do Zambeze, numa tentativa para se apossarem do ouro extraído das famosas minas de ouro de Monomopata, que os portugueses acreditavam serem as proverbiais “Minas do Rei Salomão”. De novo, neste caso, as atividades imperialistas dos portugueses afetaram uma área que incluía aquilo que é hoje a Zâmbia e o Zimbabwe ou Rodésia do Sul. A capital do império de Monomopata situava-se em Mashonaland e fazia parte da confederação de Makalanga da época.

Durante um período de duzentos anos, os portugueses conseguiram grandes riquezas pelo simples fato de terem assegurado o controlo do fluxo de comércio do interior do país para as cidades-estados costeiras e para o estrangeiro. Durante os séculos XVII e XVIII, a autoridade portuguesa estava implantada de uma forma suficientemente firme nas regiões do norte e do centro de Moçambique para permitir a introdução de missionários católicos – primeiro os dominicanos, depois os jesuítas, que foram os primeiros a introduzir o cristianismo na África Oriental. No entanto, os resultados deste primeiro esforço missionário foram quase completamente destruídos no século XVIII pelo efeito corruptivo da ligação que surgira naturalmente da associação das atividades comerciais, religiosas e políticas da Igreja e do Estado. Foi durante este período que o sistema prazo foi introduzido em Moçambique.⁴ Prazeiros eram colonos e agricultores brancos e mestiços, portugueses, que, de forma não muito diferente da dos senhores feudais europeus, governavam os africanos que tinham o azar

⁴ Depois de 1629, a Coroa começou a reconhecer os privilégios e direitos que os pioneiros haviam recebido do Monomotapa ou que tinham conquistado pessoalmente. A legitimação destes títulos verificou-se sob uma forma especial de enfiteuse denominada “Prazos da Coroa”. Com esta concessão, a Coroa reconhecia, a quem lha requeresse, a posse da terra, qualquer que tivesse sido o modo de aquisição, por um período igual a três gerações (três vidas). A sucessão devia ocorrer por linha feminina, e as herdeiras eram obrigadas a casar com portugueses brancos ou seus descendentes. Ao fim da terceira geração os terrenos voltavam à posse completa da Coroa, que podia renovar a concessão à mesma família ou confluí-la a outra. Pela sua parte o concessionário era obrigado a residir no prazo, a pagar o foro e a fornecer tropas às autoridades portuguesas em caso de necessidade. A característica mais importante desta concessão era constituída pela autoridade que o prazeiro passava a ter sobre a população do Prazo. “Os senhores da terra têm sobre o seu território o mesmo poder e jurisdição que tinham os Fumos Cafres – podem emitir sentenças em todas as causas, fazer execuções, fazer guerra, impor tributos, etc.”. Os contratos impostos aos prazeiros eram declarados em muitos aspectos na “Lei das Semanas”, que D. Fernando fez publicar em 1373. A Coroa dava-se conta de que devido às condições especiais da conquista das terras na Zambézia, não poderia impor ao prazeiro muitas cláusulas da Lei, mas a existência das concessões garantia a sua soberania sobre as terras da Zambézia e representava numa forma de acautelar tempos melhores. Quanto à obrigação da transmissão do prazo por via feminina era intenção da Coroa incrementar o desenvolvimento da população portuguesa na África do Sudoeste. E quanto aos poderes dos prazeiros sobre a população dos prazos eles são de facto conforme os poderes dos “Fumos Cafres”. Resta, portanto, esclarecer qual era efetivamente o papel das populações que habitavam os territórios dos prazos. Os indígenas foram considerados como qualquer escravo completamente submetido à vontade do seu régulo. Semelhante condição permaneceria invariável no momento em que se constituíram os prazos, o prazeiro substituíria simplesmente o régulo, sem alterar a estrutura social. Há no entanto a referir que apesar de tudo o estatuto do escravo parece ter sido preferível ao do colono. Os escravos não eram empregados na produção agrícola, e gozavam até de uma posição privilegiada em relação aos colonos. Em trezentos anos a sociedade Zambeziana desenvolveu-se e mandou em muitos aspectos, mas permaneceu constante na composição racial: poucos europeus e asiáticos, um maior número de mistos e a grande maioria africana. No século XVIII, o termo para designar o homem branco era “muzungo”, depois, passou a indicar os mestiços estabelecidos há muito tempo na região e mais tarde era sinónimo de “assimilado”. Durante muito tempo o “muzungo” talvez tenha representado o elo de ligação entre a sociedade africana e a de Portugal colonial. Mas, com o tempo, o processo de “cafrealização” avançou e a Coroa não foi capaz em nenhum sentido de travar a mudança nem de controlar um sistema que opunha o excessivo poder dos “senhores dos prazos” e a fraqueza do Estado em todo o Moçambique.

(<http://www.geocities.com/EnchantedForest/Pond/9060/prazos.html>)

de cair sob a sua autoridade e controlo. A sorte destes africanos era pior do que a dos escravos. Os prazeiros muitas vezes controlavam distritos inteiros como se fossem propriedades privadas e não reconheciam qualquer outra lei que não fosse a sua – e apenas ocasionalmente prestavam vassalagem ao rei de Portugal. Os missionários jesuítas e dominicanos dessa época também possuíam vastas extensões de terra que administravam como qualquer prazeiro, cobrando impostos e, quando o comércio de escravos se tomou mais rendoso, negociando escravos. Foi a partir do sistema de prazo que as grandes companhias como a Nyasa e Manica e Sofala se desenvolveram. Também se pode presumir que o sistema desumano de companhia concessionária tipicamente português, que caracteriza os principais empreendimentos económicos do colonialismo português, tem diretrizes que derivam do sistema de prazo deste período.

A corrupção no sistema de prazo era tão flagrante que na terceira década do século XIX o próprio governo português se sentiu na obrigação de o proibir. Entre as razões para a sua abolição pelo governo colonial português, o sistema de prazo era notório em provocar a insegurança em relação às pessoas e à propriedade, e quanto ao excessivo número de africanos que eram forçados a abandonar a área devido à prática de escravatura por parte dos senhores. Tudo isto resultou no colapso quase absoluto da administração portuguesa. No entanto, para voltar a impor a autoridade portuguesa, foi necessário procurar a cooperação de alguns dos prazeiros, o que significou a sua reintegração; logo, um círculo vicioso!

Ao longo de todo este tempo, contudo, os benefícios financeiros resultantes do comércio de escravos eram tão grandes que os prazeiros da região central de Moçambique se tinham transformado em reservas de escravatura. Há que referir, ainda que sumariamente, que embora o comércio de escravos fosse uma das atividades económicas portuguesas mais características, a escravatura per se na África Oriental era praticada muito antes de Vasco da Gama chegar a esta costa da África. A maior parte dos escravos da África Oriental eram vendidos no Médio Oriente e no Sudeste Asiático, incluindo a Índia.

A maior parte das atividades colonialista-imperialistas referidas acima ocorriam, na África Oriental, principalmente na estreita faixa costeira, envolvendo em especial contactos com os árabes e com os swahilis, e apenas contactos muito superficiais com a massa dos povos de língua bantu da África Oriental atual e de Moçambique.

A conquista portuguesa daquilo que é hoje Moçambique teve origem na proverbial corrida à África que começou na segunda metade do século XIX. Depois da

partilha de África na Conferência de Berlim de 1884-1885, Portugal foi obrigado a tomar e a consolidar o que lhe fora distribuído. Para o conseguir, os portugueses usaram todas as técnicas conhecidas na história das conquistas coloniais. Onde era possível, utilizou a infiltração de comerciantes portugueses, que fingiam ser simples homens de negócios interessados na troca de mercadorias entre iguais; mas mais tarde, depois de terem espiado e elaborado mapas de toda uma região, chamavam as forças militares que subseqüentemente eliminavam qualquer resistência que lhes fosse oferecida pelos chefes locais. Por vezes, os portugueses utilizavam colonos brancos, que fingiam precisar de terra para a agricultura, mas que, depois de terem terras cedidas pelos ingênuos chefes tradicionais, reivindicavam posse de terras comunais e escravizavam pela força os povos africanos que inicialmente haviam sido seus anfitriões. Outras vezes, até os missionários portugueses eram usados como pacificadores dos indígenas, utilizando a fé cristã como canção de embalar, enquanto as forças militares portuguesas ocupavam a terra e controlavam as gentes.

Onde quer que a autoridade política tradicional fosse forte e a máquina militar capaz de oferecer séria resistência à conquista europeia, os portugueses eram mais subtis nas suas técnicas de primeiros contactos. Por exemplo, nestas circunstâncias, os portugueses estavam preparados para iniciar os seus contactos com estados africanos fortes estabelecendo relações diplomáticas, enviando “embaixadores” portugueses para as cortes dos chefes tradicionais mais importantes. Então, depois de terem feito a espionagem suficiente da força interna e da fraqueza do governo, passavam ao ataque, usando os tradicionais argumentos de “provocação” ou “proteção da segurança dos colonos brancos ou dos missionários”, etc.

Foi esta a forma como a guerra contra o último dos impérios tradicionais moçambicanos, o Império de Gaza sob o governo de Gungunyana, foi justificada. A guerra contra o Imperador Gungunyana começou em 1895 e terminou em 1898 com a morte no campo de batalha do general Magigwane e o aprisionamento e deportação para Portugal do Imperador, onde veio a morrer alguns anos mais tarde.

No que respeita ao tipo de governo que os portugueses estabeleceram após terem subjogado todas as regiões do país, já apresentamos descrições que foram publicadas.

Pelo que se disse acima, torna-se evidente que o êxito dos portugueses em controlarem todo Moçambique se deveu principalmente à falta de uma força política coesa que se lhe opusesse. Desde os primeiros contactos com as cidades-estados costeiras da África Oriental no século XV, quando os portugueses conseguiram, ainda

que temporariamente, derrotar e controlar muitas delas, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, quando se apoderaram da principal riqueza comercial da região norte e centro de Moçambique, até ao século XIX, quando procederam à conquista e à dominação do atual território do nosso país, a reação do nosso povo foi desconexa. Foi uma reação dispersa que encorajou uma conquista dispersa do nosso povo. Ainda na segunda década deste século, em 1917 e 1918 para sermos precisos, quando o Makombe do Barwe – numa tentativa de restabelecer algum do legendário poder do seu antecessor, o Rei Monomopata – encenou uma insurreição bem sucedida, o seu sucesso não durou muito tempo, pois não foi uma insurreição nacional moçambicana: limitou-se a um ou dois reinos tribais”.